

44-A

Alves

200804

1944-

ESTADO DE MINAS GERAIS

Comarca de Abaeté

CARTORIO DO 2º. OFICIO

DISTRITO DA CIDADE.

Juizo DE DIREITO.

ACTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE.

JOAQUIM JOSE DE FARIA E OUTROS;-..... AUTORES.

AUGUSTO TEODORO FILHO;-..... REO.

Escrivão

Alves

AUTUAÇÃO

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano do

nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e 44

nesta cidade de Abaeté, em meu cartório, autu'ou petição, instru-

mento publico de mandado e talão de imposto de causa,

que seguem. *Dr. Euclides de Lourenço*

escrivão do 2º. officio, a datilografar, subscrever e assinar.

Euclides de Lourenço

Gr\$2,00.

Cópia

Ilmo. e Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté.

Iizem Joaquim José de Faria, Geraldo Gomes da Silva, Miguel Odório do Beltrão, Antonio Teixeira Neto, Joao Pereira Guimarães, Juran-dir Ribeiro de Andrade, Tuffi Alexandre, Vicente de Faria Melo, To-mingos Lamas e José Contalve Filho, fazendeiros e comerciantes, residentes no lugar denominado " Cedro", deste distrito e municí-pio, turco Tuffi Alexandre, e brasileiros os demais, casados, por se seu procurador infra-assinado, inscrito na Ordem dos advogados, sob nº 36, que, querem propôr contra Augusto Teodoro Filho, ~~uma~~ mulher, residentes neste distrito, casados, brasileiros, fazendei-ros, uma ação de manutenção de posse em que provarão:

I

que ha mais de trinta anos existe um caminho de servidão pelo qual passam pedestres, e carros de bois, caminho que vae do po-voado de " Cedro" e suas imediações, até a cidade de Torres do Indaiá, atravessando as fazendas de Osvaldo Piniz e outros e a dos réos, Augusto Teodoro Filho e sua mulher, passando ainda pe-la via de Quartel Geral que também é servida por essa servidão ha mais de trinta anos:

II

que se observam em todo o trecho fechado, grandes sinais, como sulcos profundos e cavas fundas no seu leito, por dar passagem fran-ca a cavaleiros e carros que levam e trazem mercadorias para di-versos commercios sinais esses de efetiva utilisacao contínua da estrada, submetida a trafico pesado, com transito de carros de bois todos os dias, animaes e isto ha bem mais de trinta anos:

III

que por todo esse tempo, o caminho em questão, vem sendo conside-rado como estrada real, ligando uma parte do municipio de Abaeté ao municipio de Torres do Indaiá, com passagem pela vila de Quar-tel Geral, servindo ao povo e commercio desta vila, daquela cidade de Torres do Indaiá, do povoado de " Cedro" e dasquelas cercanias, bastante habitadas:

IV

que é por essa estrada que se transportam todas as mercadorias de commercio, adquiridas no commercio de Torres do Indaiá, e é por e-la ainda que se transportam também muitos dos produtos da lavou-ra desenvolvida de " Cedro" e fazendas adjacentes, em carros de bois, sendo por aí que se faz o intercambio commercial entre "Ce-dro", Quartel Geral e Torres do Indaiá:

V

que tanto é assim que consignam nas escrituras publicas de trans-missão de terras marginaes da estrada, do seguinte modo, tracando divisas: "divisando pelo lado tal com a estrada real que vae de Cedro a Torres do Indaiá" provando esse fato, exuberantemente que a estrada é de servidão publica para os habitantes de diversos logares e certa dois municipios de Abaeté e Torres do Indaiá:

VI

que essa estrada pertence ao publico que dela serve ha longos

anos, sem contestação de ninguém, sendo os réos os primeiros a turbar-lhe a sua quasi posse, tapando a mesma com uma cerca de arame e uma porteira amarrada, com proibição absoluta de nada ali passar, trazendo esse seu ato, manifesto prejuizo aos autores e todas as pessoas que por ali lidam e transportam suas mercadorias.

VII

que o commercio do povoado de "Cedro" que tem justas pretensões a vila, é quasi todo feito por "lores do Indaia" servindo-se todos dessa estrada também para o transporte de mercadorias por carros de bois;

VIII

que esse commercio ficou e está, mais ou menos paralisado depois da tapagem da estrada, porque os autores têm que dar uma volta de quasi duas leguas, por outra estrada de pessima construção e inacessivel a carros de bois, trazendo esse estado de coisas, grandes e consideraveis prejuizos aos autores, como é publico e notorio;

IX

que todos os ancestraes dos supplicantes e pessoas antigas do lugar já passavam por esse caminho, tido e havido, por mais de trinta annos, como de servidão publica, de modo incontestavel;

X

que os autores estavam, por si e seus antecessores na posse pacifica e mansa desse caminho de servidão até Novembro, mais ou menos do anno passado de 1915.

Só agora, em Novembro ou Dezembro do anno findo, é que os réos fecharam a estrada alludida a arame farpado e porteira amarrada, prohibindo o transito terminantemente, com atos de violencia e prepotencia, sem darem eles nenhuma satisfação aos autores e demais interessados, mas mesmo assim turbados os autores em sua posse, nessa parte do caminho, estão os supplicantes continuando a servir-se da estrada, dando consideravel volta por outro caminho e em outras propriedades, entrando em a estrada em questão, bem adeante, para Quartel Geral e "lores do Indaia";

XI

que essa estrada, saindo do povoado de "Cedro", passa pelas fazendas de Osvaldo Piniz e seus irmaos, dos réos e de Pedro Salviano, indo sair em Quartel Geral e "lores do Indaia", numa extensão de sete leguas, aproximadamente, sendo a extensão da estrada, impedida pelos réos, de uma legua, mais ou menos;

XII

que existe a servidão de transito na estrada questionada e, com o procedimento dos réos tapando-a com arame e porteira com cadeado ou amarrada, impediram, de modo absoluto a passagem por ali, esbulhando, dessa maneira, a posse de servidão de transito dos autores;

XIII

que, embora esbulhados continuam os autores na posse dessa servidão de transito e que a sua quasi posse foi turbada por atos de violencia dos réos e que receiam ainda os supplicantes outras violencias futuras;

XIV

que não ha necessidade da apresentação de titulo legalizado para serem os autores mantenidos em sua posse, porque não se trata de servidões convencionaes e "a prohibição, contida no Art 509 do Cod. Civil, não é absoluta, de modo a impedir sempre o uso dos ladas, pois, os Tribunaes e comentadores têm admitido que aquelle dispositivo se não applica ás servidões de caminho, não tituladas por obras permanentes e visiveis e sem duvidas têm estas características a servidão cuja quasi posse sedefende". (Acordam no 80 do Tribunal de Apelação de Minas de "lores do Indaia"):

XV

que a posse dos autores na estrada citada tem mais de trinta annos, tendo eles direito por isso mesmo, ao usocapião ordinario

(Cod. Civil. Art 698) desde que a sua posse é incontestada, continua e pacífica:

XVI

que se não fosse esse onus imposto pela lei aos proprietários rebeldes e enfesados, a coletividade ficaria privada, em todos os seus movimentos, sem nenhuma estrada para parte alguma, sem comércio, extranhos os municípios, uns aos outros, e paralisada completamente, a civilização dos povos por falta de intercambio social e comercial;

XVII

que não resolvendo, suasoramente, os réos a abrir a estrada aludida, para o trânsito costumeiro dos autores e de toda a população de "Cedro", Posto dos Reis, Quartel Geral, município de Torres do Itaipá e de outros pontos, obrigaram os mesmos réos, Augusto Teodoro Filho e sua mulher, a propôr-lhes esta ação de manutenção de posse para serem os autores mantidos na sua mesma posse turbada.

Assim requerem a V.ª EX.ª se digne mandar citar os réos para acompanharem a presente ação em todos os seus termos até final, pena de revelia, condenando-os V.ª EX.ª a reabrir o caminho nos lugares fechados por eles a retirarem todos os tapumes que atravessam a estrada impedindo o trânsito, a pagar as custas e despesas desta ação e as perdas e danos ocasionados pelo seu ato ilícito e contrario ao direito condenando-os ainda aos honorários de advogado dos autores sendo também cominada a pena de cr\$ 3000 00 (três mil cruzeiros) para o caso de nova turbacão ou esbulho.

Para fins de direito dão a presente ação o valor de cr\$ 4000 (quatro mil cruzeiros).

Os meios de prova com que os autores demonstrarão a verdade do alegado, são testemunhas, vistoria na estrada em questão e em todos os terrenos por onde ela passa, arrolando-se as testemunhas, oportunamente, depoimentos pessoais dos réos, sob pena de confessos, etc

P.e A. esta, com a procuração inclusa.

P.P. Referimento.

Abaete, 7 de Fevereiro de 1944

Insericao 36

Com escritorio a rua Francisco Campos, nº 47

o proc. Edmundo do Couto Figueiredo
Durica 56

Contestando o libelo de fs.2, dizem Augusto
Teodoro Filho e s/m,

contra Joaquim José de Faria e outros
nesta e na melhor forma de Direito, o seguinte:

E.S.C.

1º

- P. que nenhum interesse jurídico assiste aos autores, nesta causa, e sem ele ninguém poderá vir a juízo, uma vez que os autores não são confrontantes dos réus, nem tão pouco proprietários naquelas imediações. Mas ainda que tivessem essa qualidade,

2º

- P. que a porteira e estrada, ha bem tempos fechadas, jamais constituiram estrada publica, ou mesmo rial, de servidão dos autores ou de quem quer que seja, pois, foi aberta pelos réus, dentro de sua propriedade, e apenas para sua serventia e uso, de comodidade de seu imóvel, para uso particular e interno; e que si alguém, uma vez por outra ali transitou, isso o fez por mera tolerancia e benevolencia dos réus, não alterando e nem modificando, com isso, o direito dos réus de, a qualquer tempo, barrear e suspender tal transito. E tanto assim sempre foi,

3º

- P. que nem sempre essa estrada esteve aberta, e, em sua duração, ela tem se conservado mais fechada á chave, contra o que j. mais nenhuma reclamou, e nem podia reclamar, pois, a passagem de Cedro á Dorcas do Indaiá sempre foi por outra via, em rumo á Campo Alegre, de percurso mais curto e de uso inmemorial. Tanto isto é certo,

4º

- P. que a estrada dos réus, de uso interno, foi aberta bem mais recentemente, em continuação á comunicações de pastos e invernadas, e para isso eles proprios construíram uma ponte dentro de seu imóvel, de seu uso exclusivo, e sem a qual ninguém poderá por ali transitar, mas, sendo tal via de uso interno, a sua transformação em transito extranho poderia lhe causar grave dano, quando por ali passasse pessoa extranha, como qualquer dos autores, a deixar porteira de invernadas abertas, com tal ato fazendo com gado de um pasto se misturasse com o de outro, outraz vezes fazendo com que gado de boiada de fazenda limítrofe entrasse para dentro de seus pastos, entre-meando em gado de criar de raça, e causando-lhes danos incalculaveis. E assim, para obviar tais incomodos, usando de um seu direito, suspenderam os réus qualquer transito dentro de seus pastos e peça ponte que levantaram á sua custa, com isso apenas revelando que usam o que é seu em toda sua plenitude, mas sem dano a terceiros que ali nada têm. E finalmente,

5º

- P. que esta contestação dever ser recebida para o fim de se julgar provada, e os autores condenados nas custas, e mais honorarios de advogado do que fôr arbitrado, de vez vieram temerariamente a juízo. Contestam, por negação, qualquer ponto a que não tenham expressamente feito menção, aqui, e protestam pela prova testemunhal de pericial de todo este alegado.

Ressalvo a entrelinha "carecedores de ação."

Abaeté, 20 de Fevereiro de 1944.

Augusto Teodoro Filho e s/m

Teodoro Filho e s/m,
 Contra José de Faria e outros
 nestas e na melhor forma de Direito, o seguinte:

M.S.C.

1º

1. que nenhum interesse jurídico assiste aos autores, nestas causas, e sem que ninguém possa vir a juízo, mas vez que os autores não são confrontantes dos réus, nem tão pouco proprietários das mesmas propriedades, mas ainda que tivessem essas qualidades,

2º

2. que a porteira e escurada, há bem tempos fechadas, jamais constituiu nem estrada pública, ou mesmo rural, de servidão dos autores ou de quem quer que seja, pois, foi aberta pelos réus, dentro de sua propriedade, e apenas para sua servidão e uso, de comodidade de seu imóvel, para uso particular e interno, e que si algum, uma vez por outra ali transitou, isso o fez por mera tolerância e benevolência dos réus, não alienando e nem modificando, com isso, o direito dos réus de, a qualquer tempo, fechar e encerrar tal trânsito. E tanto assim sempre foi,

3º

3. que nel sempre essa estrada esteve aberta, e em sua duração, ela tem se conservado mais fechada à chave, contra o que, mais ninguém re- clamou, e nem podia reclamar, pois, a passagem de dentro à Doria de In- daiz sempre foi por outra via, em torno à Campa Alegre, de percurso mais curto e de uso imemorial. Tanto isso é certo,

4º

4. que a estrada dos réus, de uso interno, foi aberta bem mais recente- mente, em contradição à comodidade de pastos e invernagens, e para isso eles próprios construíram uma ponte dentro de seu imo- vel, de uso exclusivo, e sem o qual ninguém poderia por ali tran- sitar, mas, sendo tal via de uso interno, a sua transformação em tran- sito extranho poderia lhe causar grave dano, quando por ali passa- se pessoas estranhas, como qualquer dos autores, a deixar porteira de invernagens abertas, com tal ato fazendo com dano de um pasto se mis- turasse com o de outro, outras vezes fazendo com que gado de bolada de fazenda limitasse para dentro de seus pastos, entre- metido em gado de criar de ração, e causando-lhes danos incalculá- veis. E assim, para evitar tais inconvenientes, usando de um seu direito, suplantaram os réus qualquer trânsito dentro de seus pastos e pe- quena que levantaram à sua custa, com isso apenas revelando que usam o que é seu em toda sua plenitude, mas sem dano a terceiros que ali não têm direito,

5º

5. que esta contestação deve ser recebida para o fim de se julgar, provada, os autores condenados nas costas, e mais honorários de ad- vogado no que for arbitrado, de vez vierem temerariamente a juízo. Contestam, por negação, tudo o que não tenham expressamente feito menção, e não protestam pela prova testemunhal de perici- l de todo este alegado.

Resposta a entrelinhas "carregadores de água."

Apel. 20 de Fevereiro de 1944.

[Handwritten signature]

Ilmo. Sr. Dr. Juiz de Direitô de Abeté.

Dizem Joaquim Rosa de Faria e outros, na ação de manutenção de nos
se contra Augusto Teodoro Filho e sua mulher, que, tendo V. Ex.^a no-
meado perito para a vistoria e proceder-se na estrada em questão
apresentam os suplicantes o Sr. Joao Pedro Filho para auxiliar
tecnico, sendo o mesmo comprometido na forma da lei.

Seja ouvida a parte contraria pelo seu advogado. O auxiliar propo-
to prestará seu compromisso no dia da diligencia, porquanto reside
a margem da estrada a ser vistoriada.

deferimento e J.

Abeté, 9 de março de 1944

Procurador *Eduardo Lobato* *João Pedro Filho* *João Rosa de Faria*

Ilmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté.

Dizem Joaquim Rosa de Faria e outros, na ação de manutenção de posse que movem contra Augusto Teodoro Filho e sua mulher, que, não tendo comparecido até hoje o perito nomeado por Vª EXª, Dr. Eduardo Lucas Pereira Filho que se acha para Belo Horizonte, requerem a Vª EXª se digne designar outro dia para a diligencia da vistoria, nomeando, se for possível, outro perito, desde que o Dr. Eduardo Lucas se acha atarefado com muitas viagens e residindo em Belo Horizonte por aqui pouco vindo.

Assim sendo junta tambem os quesitos que devem ser respondidos pelos peritos protestando ainda juntar outros complementares na audiencia da diligencia.

A vistoria era para ser procedida no dia 27 deste, depois de a manha.

P. deferimento e J.

Abaeté, 25 de Março de 1944

Edmundo Lobato / que, alos y aia, proe

Quisitos dos autores

I

A estrada em questão atravessa os terrenos dos réos em quantos kilometros?

II

Essa estrada atravessa tambem outras propriedades de outros fazendeiros?

III

São somente os réos que proibem o transito dos autores em suas terras?

IV

Na extensão da estrada em terras dos réos, ha sulcos profundos ou cavas, produzidos pedestres e carros de bois.

V

Por esses sulcos e cavas, é possível saber-se ainda que aproximadamente, quantos anos tem a estrada?

VI

Esse caminho foi sempre tráfegado por habitantes do povoado do "Cedro", como os autores sendo por si transportadas mercadorias para Feres do Indaia e de Feres do Indaia para cedro e outras localidades deste municipio de Abete.

VII

Pode^m informar os peritos-ouvindo testemunhas que esclareçam-se os comerciantes de Cedro e fazendeiros fazem todo o seu comercio pela aludida estrada para Feres do Indaia, servindo-se dela ha muitos anos?

VIII

Proibida como está a passagem e qualquer transito por essa estrada, para continuarem seu comercio para Feres do Indaia, por onde es tão passando os autores e toda a população de Cedro.

IX

Qual a volta que estão dando pelo outro caminho. Esse caminho que se servem eles agora é bom ou de difficil travessia para os que se servem dele?

X

O povo de Quartel Geral (vila) tambem se serve dessa estrada para seu comercio com Cedro?

XI

a quanto tempo os réos fecharam o caminho e porque modo foi a estrada fechada?

Vale a entrelinha "m" no 1º paragrafo, de acordo com o quesito

Abete, 25 de Março de 1944

Edmundo Sobato Fonseca, juiz, proe.

Exmo. sr. dr. Juiz de Direito,

Ligem Augusto Teodoro Filho e sua mulher, na ação de posse que lhes movem Vicente Helo e outros, neste Juízo, pelo cartório do seu único officio, que, em virtude das considerações expendidas pelos autores, em quota de seu advogado, nesta data, vêm discordar em que a audiência de vistoria se realize amanhã, conforme nomeação de novo perito, hoje, pois, tendo havido nova designação de perito, nesta data, necessario se torna, pelo menos, o decurso do prazo de tres dias que as partes têm para se manifestarem acerca da nova nomeação, conforme preceitua Carvalho Santos, vol. 2/203 dos Commentarios ao Cod. Processo, interpretando o dispositivo do art. 129, § unico.

Assim, os Autores não dizem si aceitam ou si recusam o perito nomeado, apenas declaram que querem usar do prazo legal e dentro dele se manifestarão. O prazo para essa manifestação é mesmo de tres dias, segundo ensinam Carvalho Santos, pois, sendo o artigo não o inciou expressamente, se ue-se a regra estabelecida no art. 31 do c.p.civ..

Estes termos, requerem seja adiada a designação do dia da audiência de vistoria, a qual deverá ser marcada após o decurso do aludido prazo.

p. j. e deferimento.

Abacú, 27 de Março de 1944.

Jose' Pinheiro Campos
Inscrito sob nº 951.

L A U D O

O abaixo assinado, no desempenho de sua função de perito, na vistoria de uma estrada objeto de uma ação possessória que Joaquim José de Faria e outros movem contra Augusto Teodoro Filho e sua mulher, depois de percorrer e examinar a estrada e ouvir informações de pessoas fidedignas, responde aos quesitos propostos pela maneira seguinte:

QUESITOS DOS AUTORES, a fls. 19:

- 1º) A estrada em questão atravessa os terrenos dos Rêos numa extensão de cinco (5) quilômetros, aproximadamente.
- 2º) Entre os povoados de Cedro e Quartel Geral, a dita estrada percorre terrenos de outros fazendeiros.
- 3º) Só os Rêos é que proíbem o trânsito de quaisquer pessoas pela estrada em questão, dentro de sua fazenda: fora d'elli, tanto além, como aquem da propriedade dos Rêos, está o trânsito aberto ao publico.
- 4º) Em todo o trecho da estrada situado na fazenda dos Rêos, digo, na fazenda dos Rêos existem profundas sulcos ou covas, produzidos pelo trânsito de carros de bois e animais, bem como pelo trabalho de conservação do caminho, covas estas que em certos pontos fôrmas buracos de um metro de profundidade.
- 5º) Por essas sulcos ou covas se vê que a estrada é velha, mas não permitem de fazer muitos anos tem elle.
- 6º) Antes de fecharo pelos Rêos, a estrada em questão era habitualmente trafegada pelos habitantes do povoado de Cedro, que por ali faziam seu commercio com o vilhel de Cedro e a cidade de Curitiba, transportando mercaderias de todas as partes para Cedro e vice-versa, e de lá se dirigiam ao vilhel de Cedro.
- 7º) Resposta, que é resposta do primeiro quesito.
- 8º) Proíbem o trânsito pela estrada em questão, os Rêos e os seus filhos, para ahi se dirigirem para a cidade de Curitiba, e para ahi se dirigirem para a cidade de Curitiba, e para ahi se dirigirem para a cidade de Curitiba.

pelas propriedades de José Miranda de Araujo e Augusto Caco, entra tambem na fazenda dos Réos, atravessando-a numa extensão aproximada de uma legua, e vai ganhar a estrada em questão mais ou menos duas leguas antes de atingir a villa de Quartel Geral.

Por essa estrada transitam cavaleiros, animais e carros de bois. Para o transito apenas de cavaleiros, existe outra estrada, que passa pela fazenda do Carêta, cujos proprietarios não permitem a passagem, por ali, de carros de bois.

99) A estrada, que passa pelas fazendas de Flavio Inacio, José Miranda, Augusto Caco e dos Réos tem alguns trechos de difficil travessia. É peor e mais longa do que a estrada em questão. Passando por ella para ir ao Quartel, os habitantes do Cedro dão uma volta de cerca de uma legua, relativamente ao caminho em litigio.

100) Tambem os habitantes do Quartel Geral se serviam da estrada em questão, para seu commercio com o roçado do Cedro.

110) Segundo me informou o proprio Réo varão, a estrada litigiosa foi por elle fechada em outubro ou novembro de mil e novecentos e oarenta e tres (1943). O fechamento da estrada consistiu em amarrar, ^{em um batente,} com muitas voltas de arame farpado, a porteira pela qual o caminho deixa a propriedade dos Réos para ganhar a fazenda do Carêta, de propriedade dos filhos do Cel. Clinto Diniz, amarrillo este que foi reforçado pela colocação de gumpos, pingos tanto na porteira como no batente.

QUESTÕES DOS RÉOS, a fls. 22:

12) Os Ratores não são confrontantes dos Réos.

29) Os Réos são fazendeiros de grande movimento.

31) A ponte que liga a estrada em questão á casa dos Réos foi por estes construida.

41) Essa ponte foi feita caprichosamente, com ótimo acabamento, e é das melhores existentes neste municipio.

50) Os Réos são grandes criadores de gado zebu em alta escala, possuindo...

Tempo Abaixo, 10 de abril de 1944.

Em tempo:

Rosalvo, na resposta ao 11.º verso dos
Autores, a entrelinha que diz: "em pen batente".
Data nupia.

José Flor de Oliveira

Ilmo Sr Dr Juiz de Direito de Itaeté.

Niz Joaquim Jose de Maria e outros, na acção de manutenção de posse que move contra Augusto Theodoro Filho e sua mulher, que, embora sã satisfeitos com o laudo apresentado pelo perito Dr. Jose Alves de Oliveira, requer a V. Ex. se digne, de acordo com o mesmo perito enviar um agrimensor compromissado, ao local para medir a estrada de volta para e saber ao certo do percurso de distancia e por tanto conhecer o mesmo agrimensor perito as dificuldades a passagem de carros de bois por aquella estrada, como atoleiros, morros intransponiveis, etc., ouvida a parte contraria.

P. deferimento e J.

Itaeté, 5 de Maio de 1944

Il.º. Sr. Jr. Juiz de Direito de Abaeté.

Fizem Joaquim Jose de Faria Miguel Odorico Beltrão, João Pereira Guimarães, Rufi Alexandre e outros na ação de manutenção de posse que movem contra Augusto Teodoro Filho e sua mulher que, tendo V.ª E.ª designado o dia 16 de Agosto proximo para se proceder a audiência de instrução e julgamento, vêm os suplicantes apresentar suas testemunhas que se apresentarão independente de citação, sendo notificada a parte contraria pelo seu advogado, Tr. José Domingos Campos, tudo com as formalidades legais.

Requerem mais sejam citados os réos, Augusto Teodoro Filho e sua mulher para prestarem seu depoimento pessoal, sob pena havidos por confessos, cassando-se, para isso, o mandado respectivo.

Dól de testemunhas:

- 1º Firmino Inacio, casado, residente neste distrito, brasileiro, fazendeiro.
- 2º Cel. Francisco de Paula Guimarães, fazendeiro, residente nesta cidade, brasileiro, casado.
- 3º Miguel Guimaraes, casado, fazendeiro, residente neste município, brasileiro.
- 4º João de Faria, casado residente neste município e distrito, brasileiro.
- 5º José Lobato, casado, residente neste distrito, brasileiro, fazendeiro.
- 6º Quirino José de Carvalho, casado, lavrador, brasileiro, residente neste distrito, lugar "Cedro".
- 7º Pedro Dutra, casado, lavrador, residente neste distrito, fazendeiro.
- 8º João Pedro Filho, casado, residente neste distrito, fazendeiro, brasileiro.
- 9º João Ferreira da Cruz, fazendeiro, residente neste distrito, brasileiro.
- 10º Ijalma Portes, casado, residente neste distrito, lavrador, brasileiro.

P.P. deferimento e J.

Abaeté, 29 de Julho de 1944

O proc. *Estimado* *Leite* / *meado* *Yair*
Guaranda 36

tás que o

"que em certos pontos foram barrancos de um metro de altura, e até de dois".
"Por esses sulcos ou cavas se vê que a estrada deve-
ria."

"Antes de fechado, continuava prito, pelos réos a estrada em questão, era habitualmente trafegada pelos habi-
tantes do povoado do Cedro, que por ali faziam seu co-
mércio com o Quartel Geral e com o Povoado do Trêz, transpor-
tando mercadorias destas praças para Cedro e vice-ver-
sa e dela se serviam há muitos anos."

Representa mais o perito que, proibido o trânsito pela estrada em ques-
tão, os habitantes do Cedro, para continuarem seu comércio com Quartel
Geral e Povoado do Trêz, estão se servindo de uma estrada que, nas águas
é quasi intransitável por ser formada em alguns trechos de pantanos
que nesse tempo chuvoso extravasam, tudo inundando, com uma volta mais
de uma légua, no mínimo, além de todas as dificuldades já alludidas.

O proprio réo varão informou ao perito que a estrada em litigio
foi por ele fechada em Outubro ou Novembro de 1843.

"O fechamento da estrada diz o perito consistiu em co-
mear a por dentro, com muitas voltas de arame, e
nao o por dentro, pela qual se dá a passagem para
dade dos réos para ganhar a fazenda do Capeta, de pro-
priedade dos filhos de Sr. João de Almeida, e por
que foi prohibido pela lei de 1843, e por isso se
tanto se prohibiu pela lei de 1843, e por isso se

o caso é muito serio, a prova de que, antes de 1843, a estrada
da presente acção, claro, indubitavel, positivo, e verdadeiro em
suas conclusões.

Por ele se vê com quaesquer olhos, que a estrada litigiosa, é neces-
saria ao publico de uma grande e rica zona que nao poderá
privar de tão importante beneficio colectivo.

Ao contrario, seria favorecer aos réos, em detrimento de um illi-
talo numero de habitantes do Cedro e adicencias numero conhecido
de habitantes do Cedro, e de adicencias numero conhecido
antes abastados e uma lesão de nobres lavradores desprotegidos, a
lavanca de sociedade.

Desolamento pessoal do réo

O proprio réo varão, em seu desolamento pessoal, incube-se de provar
que a estrada fechada tem mais de 30 anos de existencia, quando a-
firma que ali reside ha mais de 20 anos e que lá já encontrou es-
se caminho, tendo o Povoado "Vermelha" uma ponte antiga que o réo
classifica de estiva velha, substituida pela actual ponte de bom ma-
terial, pouco abaixo daquela e mais alta para ser pouco vezes atin-
gida pelas enchentes violentas no periodo das chuvas.

O réo falsae verboramente a verdade quando diz que em 1843
e que começou a "tolerar a passagem de povoações por esse caminho
que atravessa treis curraes e uma mangueira proxima a casa em que
reside com sua familia porque esta exuberantemente provado, por to-
das as testemunhas, inclusive as suas, que por essa estrada todos
passam, com seus carros e tambem a pé ou a cavallo, ha bem mais de
trinta anos, a ponto de se encontrarem, sulcos enormes e cavas fun-
das a cada passo, cavas estas produzidas pelos carros e pedestres
no decorrer de muitos anos.

De a passagem, agora e feita por dentro de seus curraes, é sua a
culpa, porquanto a estrada antiga passava bem abaixo desses curraes
e foi ele quem a mudou.

Pasta que resolve transferir-a para ali e ficar logo, livre
das contrariedades que, saneiramente diz ter soffrido com passa-
geiros embriagados e imprudentes, pelo seu sitio, é questão de von-
tade.

Por isso, diz o réo, (fls. 49), foi obrigado a fechar, definiti-
vamente esse caminho."
Ainda.

"que os sulcos e as cavas no aludido caminho são produzidos por trabalhos e conserva no caminho feitos pelo depoente e em consequencia das enxurradas de todo o ano que todo o ano o depoente faz esses trabalhos de conserva do caminho."

Se faz o rio esses trabalhos de conserva do caminho é porque o mesmo existe ha muitos annos trafegado por grande numero de pedestres e carros de bois. Outro.

Prova testemunhal

A prova testemunhal e tambem perfeita, não deixando nenhuma duvida no espirito do Juizador.

As proprias testemunhas dos reos, Jimes Alvares Fernandes Vieira e Francisco Thomaz de Louino, asseveram, peremptoriamente,

"que a estrada em questao é publico".

A primeira testemunha dos auteros, Firmino Tracio da Silva a fls 50. depois:

"que ha 65 annos reside no Cedro, que desde 1810, conhece o caminho antigo do Cedro, e que, antigo e novo, do Cedro ao Hospital, sendo o antigo, antigo e novo, o caminho antigo pelo rio"

"que o caminho do Cedro, era feito por esse caminho por onde transitavam pedestres, animaes e carros de bois."

"que o caminho que tiorado é estrada publico, pelo transito que elle ha e logo que se o caminho de todo o ano, se passa que o caminho pelo fazenda do Carata, devido a sua baixa e a se o rio, não dá passagem todo o ano."

"que, devido o fechamento da estrada pelo rio, ficou paralisado o commercio do Cedro, visto que os caminhos antigos por donde havia e se fazia o commercio."

"que o caminho fechado pelo rio é de oito mil e oitenta e cinco kilometros, ha, e que, antigo e novo, o caminho do Cedro, antigo e novo, do Cedro ao Hospital, sendo o antigo, antigo e novo, o caminho antigo pelo rio"

"que o caminho fechado pelo rio, tanto no tempo da seca como no tempo das chuvas, é feito por esse caminho, transportar bois, carros e pedestres, e que, antigo e novo, o caminho do Cedro, antigo e novo, do Cedro ao Hospital, sendo o antigo, antigo e novo, o caminho antigo pelo rio"

"que, devido o fechamento da estrada pelo rio, ficou paralisado o commercio do Cedro, visto que os caminhos antigos por donde havia e se fazia o commercio."

"que o caminho fechado pelo rio é de oito mil e oitenta e cinco kilometros, ha, e que, antigo e novo, o caminho do Cedro, antigo e novo, do Cedro ao Hospital, sendo o antigo, antigo e novo, o caminho antigo pelo rio"

"que, devido o fechamento da estrada pelo rio, ficou paralisado o commercio do Cedro, visto que os caminhos antigos por donde havia e se fazia o commercio."

"que se o rio abris a cerca de agua que fecha o caminho antigo, é facil passar fora de seus currais, pelo caminho antigo."

A segunda testemunha, Miguel Guimarães, se afirma pelo mesmo diapasão, dizendo:

"que a cerca de trinta annos mora no Cedro, e que, antigo e novo, o caminho do Cedro, antigo e novo, do Cedro ao Hospital, sendo o antigo, antigo e novo, o caminho antigo pelo rio"

"que considera esse caminho como estrada publica porque foi sempre respeitada e nunca foi fechado o transito ao publico:"

"que se nota nesse caminho sinuos evidentes de transito caracterizados por covas e sulcos:"

"que esse caminho e transito por carros de bois, pedestres e animais e por ele que faz o comercio entre Cedro, Lores do Indaiá e Abate:"

"que a estrada que está servindo a Cedro é muito ruim, considerando-a o depoente como intran-
sitavel no tempo das aguas além disso é mais
longe:"

"que essa estrada de que se serve atualmente o povo de Cedro, devido as atoleiras que apresen-
ta, mesmo na seca, é passagem difficil aos carros
de bois e proprio depoente, conduzindo um carro
de bois com pouca carga, teve difficuldades de
transitar por elle:"

"que a grande e proximo soffrido pelo comercio de Lores do Indaiá e quartel geral e Cedro com o fazimento de
cercas e curraes que podera passar por
lores do Indaiá, mesmo na seca, e os mesmos
abram a cerca e currae por elle feitas mesmo
perto do curral:"

"que o transporte e cerca e curraes entre Cedro e Lores do Indaiá e quartel geral, era feito por
essa estrada:"

"que antes de ser construida a ponte atual, havia
uma outra velha por onde passavam carros de
bois e pedestres:"

• A terceira testemunha, Jose Labatodiz assim, entre outras coisas:

"que a cerca de vinte e seis annos conhece o cam-
inho que vai de Cedro e quartel geral e Lores
do Indaiá, passando pelas terras do rio:"

"que por esse caminho se fazia o comercio entre
essas localidades e por elle transitava todo o
mundo pelo que o depoente o considera uma es-
trada publica:"

"que notou sulcos profundos e covas nessa estra-
da, produzidos pelo transito de carros de bois,
animaes e pedestres:"

"que antes da ponte atual sobre o rio Camelada,
construida pelo rio, havia uma antiga, muito ruim,
e haiva, não sabendo quer a fez,

"que hoje haver nascerem fora dos curraes do rio:

"que do Cedro a Lores a distancia é de oito le-
guas e passando pelo Camelão e Laste dos Peis
ha uma volta superior a uma legua:"

"que nas aguas essa estrada do Camelão é intran-
sitavel e na seca os carros de bois contor a

"voe abundantemente volúes e entende-se, estrada
do Camelão:"

"que a estrada fechada e muito boa e não apre-
sentia qualquer empecilho ao transito, mesmo du-
rante as aguas:"

"que essa estrada existe ha trinta annos desde o
tempo que era netiro de Chico Coes, Francisco
Tomaz de Aquino, testemunha dos réos:"

"que constantemente o rio vive em atritos com
seus vizinhos e a fecha caminhos:"

• quarta testemunha faz as mesmas affirmacoes das tres primeiras, Cel.
Guilherme de Almeida Guimarães dizendo:

"que desde 1913, data em que passou a residir
neste municipio, existe um caminho para pedes-
tres e carros de bois partindo do Cedro para

"para Torres do Indaia, atravessando as fazendas de Svaldom Piniz, ~~xxxxxx~~ e do rio e por Quartel Geral".

"que a esse tempo, em 1913 esse caminho era um trilho que servia as populações de Lamelao e Pasto dos Reis". Em 1914 o Tr. Carlos Vaz de Melo abriu uma estrada na mata do Carota ligando a fazenda dos rios que ha sulcos e cavas produzidos por carros de bois e pedestres".

"que essa estrada é de uso publico e nunca sofreu contestação alguma, sendo o rio o primeiro que a fechou".

"que, com o fechamento dessa estrada, paralisou-se o comercio entre Torres e Cedro, sendo de difficil transito a estrada que ora serve Torres e Cedro, passando por pontes, atoleiros e serras", que o rio de dez annos a esta parte, adquiria as colheitas de milho no Cedro e as transportava pela estrada ora fechada.

João Ferreira Portes, 6.º testemunha tambem confirma as dizes das outras.

Quirino José de Carvalho é uma repetição perfeita dos depoimentos citados, convindo serem aqui transcritos alguns topicos mais importantes, dizendo:

"que tambem conhece a estrada ha mais de 30 annos sempre trafegada por todos os habitantes do povo de Cedro antes e depois do arroyo que o melhor caminho e mais curto e mesmo o litigioso sendo os outros mais distanciados e intransponiveis nas aguas".

João Pedro Filho a fls. 6.ª: testemunha de inteira fé:

"que ha vinte e cinco annos conhece uma estrada de carros de bois, partindo do Cedro, passando pela fazenda do rio, e seguindo para Quartel Geral e Torres do Indaia".

"que por essa estrada tambem transitavam cavaleiros e boiaeiros:

que a cerca de oito meses ou dez, o rio fechou essa estrada a arroyo

que se notam sulcos e cavas nessa estrada, determinados pelo transito.

"que por ai se fazia o comercio entre as praças de Cedro e Torres do Indaia.

"que por ela eram transportados os productos os productos da lavoura produzidos pelo Cedro.

"que o fechamento dessa estrada acarretou prejuizo ao commercio e a lavoura do Cedro por ter paralisado o transporte de seus productos agricolas etc

A oitava testemunha tambem assevera, fls. 7.ª.

"que desde 1918 conhece uma estrada publica que, partindo do Cedro, passa pelo curral da fazenda de Augusto Rodero Filho e vai ter ao Quartel Geral, por essa estrada transitam pedestres, cavaleiros e carros de bois assim como por ella se faz o commercio entre Cedro e Quartel Geral".

"que a estrada fechada estava muito, sendo a que ora serve o publico atualmente de mais volta e de mais difficuldades".

Testemunhas dos Reos

A primeira, Josino Fino de Sousa, nao deixa a verdade, estando em completo desacordo com as nove testemunhas dos autores que são todos homens de responsabilidades definidas, incapazes de torcerem a verdade, sendo mentira deslavada, a questão da chave da porteira por 20 annos, em mais

dos reos que a cediam a quem inspirasse simpatia e confiança. Chega ele ao displante de dizer:

"que nesses vinte anos essa estrada cuja porteira esteve sempre fechada, teve quasi todo esse tempo com o transito impedido."

Esse senhor Josino foi mais realista que o proprio rei "porque o reo varao mesmo, em seu depoimento, afirma que só fechou a porteira, definitivamente, em Outubro de 1943.

Seu depoimento, por isso e outras coisitas nao merece nenhuma atencao como se vê.

A segunda testemunha dos reos, Timas Alvares, depoz melhor afirmando a fls. 82

"que essa estrada era particular, mas que atualmente, DEVIDO AO GRANDE TRANSITO, TORNOU-SE PUBLICA"....

Tambem Francisco Tomar de Aquino, primo primeiro e amigo do reo varao, diz:

"que essa estrada tornou-se publica"....

Outra testemunha dos reos, Pedro Salviato da Silva, nao obstante mentir desavergonhadamente, ao conhece a estrada quatro ou cinco anos para cá, nao a conhecendo antes:....

É modo que nao tem nenhum valor para o desfecho da questao, estando em alguns pontos em flagrante contradicao com a prova dos autos.

Tambem o depoimento de Walter de Paula Moreira, não merece um comento serio.

É agregado do reo e ainda amigo do Rifico, quiz agradalo e exagerou. Jurou coisa demais e esculas demais o Santo desconfia.

Das dez testemunhas apresentadas pelos reos, apenas cinco deposes foram, sendo as outras por eles dispensadas. (fls. 84).

Treze delas nada trouxeram de novo aos autos, nao conhecendo mesmo o caminho questionado a nao ser de quatro ou cinco anos para cá.

As duas restantes foram favoraveis aos autores, afirmando que, de fato, a estrada fechada era particular, ha muitos anos, tornando-se publica nos ultimos tempos.

Com as 5 testemunhas suas, os autores fizeram prova plena de todos os provaveis da inicial, como lhes competia, não sendo a mesma invalida pelos reos.

Vimos tambem que a estrada que atravessa diversas fazendas outras nunca foi fechada por seus proprietarios ao resolvendo faze-la os reos, por maldade e vinganca, semandistas que sao e perturbadores do sossego e tranquillidade de seus vizinhos.

Nao sabem eles que Lafaiete "aclara que as estradas publicas (com como essa) não são apenas servidoes, mas, ouso a propriedade imovel para utilidade, não de outros predios, mas de pessoas".

Requisitos da açao de manutencao de posse.

Todos os requisitos desta açao acham-se, sobejamente provados, não só com o laudo pericial instacavel, como tambem com as testemunhas qualificadas, conhecedoras todas da estrada em questao.

Os autores estao na posse da estrada, embora perturbada pelos reos por atos de violencia. Tanto que estão na sua posse que pleiteam o seu direito inconteste e liquido.

A posse dos autores foi turbada por atos de violencia, ararrilho da porteira com arame farpado (laudo) e confissao do reo varao de que fechou-a em Outubro de 1943.

Continuam tambem os autores na posse, perturbada embora pelos atos violentos ja descritos.

Tem os autores ainda forte receio de novas violencias uma vez que os reos são prepotentes e poderosos, capazes de tudo fazerem para de novo perturbar a posse aludida.

Propriedade da açao

são garantidos pelas açoes possessorias:

"a propriedade sob todas as suas formas, a saber: propriedade do solo, do sobre e do sub-solo, propriedade plena ou limitada por um direito de usufruto, de uso de uma

"servidão ou por qualquer outro direito real.

"Nao e preciso, porem, como requisito da acao possessoria, que sejam dadas as confrontacoes do imovel, como na acao de reivindicacao. Mesmo porque nao se exige, em se tratando de acao possessoria, que o autor exija titulo de servidao ou de dominio. (Ac. da Relacao de Minas, citado por Carvalho Santos, Cod. Civil Intern., pag. 97, vol. VII).

Assim deve ser julgada procedente a presente ação de manutenção de posse porque Lafaiete ensina, "Direito das Coisas, par. 305." Incumbe ao

"Xinonaba se poder gubirnar, se nino de xinonaba
nontitukunufatxatxatixdaxixnaxoxotaxt

"Neste genero de servidão vigora o principio que a mais onerosa inclui a menos onerosa e que a menos onerosa exclue a mais onerosa. Assim a servidão de passagem a de nao incluir a de carro, mas a de carro inclui todas as outras".

É o caso em apreço. Espera-se pois, seja julgada procedente a ação e condenados os réos no pedido de inicial, isto é, a abrir o caminho questionado, desimpedindo-o de modo a ser transitado como dantes por carros de bois e pedestres podendo os mesmos réos afastarem a estrada de seus curraes, conforme prova feita condenados mais ao pagamento das custas do processo despesas honorarios do advogado dos autores e a perdas e danos e mais pronunciacoes de direito, como a multa de inicial, em caso de nova violencia.

É isso que se esperava por ser de

Justice

Alceti, 22 de Janeiro de 1945
 Pro. Humberto Roberto Figueiredo Maia.
 Lusitânia 36

Ilmo. Sr. J. Juiz de Direito de Abaete.

Lisem Joaquin Jose de Faria e outros, na sede da serventia de posse que move contra Juazito Tedoro Filho e sua mulher, que tendo se preferido a instancia contra os qualificantes e nao se conformando com ela por mais respeitavel que seja, apelam da mesma com o devido respeito para a Honravel Camara Civil do Colégio do Tribunal de Apelação do Estado, requerendo seja tomado por termo o seu recurso, com as formalidades legais, sendo-lhes dada vista dos autos para resposas perante a Instancia Superior, tudo com as formalidades legais

P. B. deferimento

Abaete, 20 de Maio de 1916

O Proc. Juazito Tedoro Filho e sua mulher
Juazito Tedoro Filho e sua mulher
Juazito Tedoro Filho e sua mulher

-Pelos apelados-

pedem os apelados que se não tome conhecimento desta apelação, pois, os Autores, era apelantes, não cumpriram, devinamente, e disposto no art. 821, e seus numeros, do Cod. Prec. Civil, uma vez deixaram eu omitiram as indicações previstas nos numeros I e II do art. 158, alem de não terem apresentado novas razões, com exposição de fato e de direito, para nova decisão. E, quando assim não fosse,

Fatos como esses induzem certeza que não erra de
essa estrada era caminho particular, assistindo, assim, aos R.R. e
poder e a faculdade de, a qualquer momento, trancarem sua porteira.
Além disso, cumpre-nos destacar o seguinte fato:

A título de esclarecimento, afirmamos que a estrada de Carêta e Dinizes é a mesma, pois, Carêta é a fazenda e Dinizes são seus proprietários.

Assim, pelos motivos expostos no memorial de fs. 100/101, contestação de fs. 11, e, principalmente, pelos deontes e jurídicos fundamentos da respeitável sentença apelada, podem os recorridos que não seja tomado conhecimento desta apelação, e, quando esseja, negue-se-lhe provimento afim de que prevaleça a sentença de fs., condenados os apelantes nas custas, porque assim terá essa mui EGREGIA CAMARA feito, como sempre, *Tratado*

EGREGIA CAMARA feito, como sempre, Justiça!
 São Paulo, 10/2 Junho 1946.
 José Francisco Campos, n.º 931 da Q.A.